

CONSELHO DE ARQUITETURA E  
URBANISMO DE GOIÁS - CAU/GO

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2017

## CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE GOIÁS - CAU GO

Demonstrações contábeis  
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017

### Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Balanço financeiro

Balanço orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao  
Conselho Federal e ao Conselho Diretor  
Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás - CAU/GO  
Goiânia - GO

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás - CAU/GO ("Entidade" ou "Conselho"), que compreendem os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, orçamentária e financeira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás - CAU/GO em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações, as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as Entidades do Setor Público (NBCASP).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

Chamamos a atenção para nota explicativa nº 3, que informa que o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou, em 4 de outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP), que normatiza os aspectos relacionados à estrutura conceitual básica para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas Entidades do Setor Público. Ademais, a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional STN nº 539/2015, anexo único, determinou prazos de atendimento aos referidos normativos, traçando um cronograma para que, até 2021, todas as normas estejam convergidas. Atualmente o sistema CAU encontra-se em processo de implementação dos referidos normativos contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as Entidades do Setor Público (NBCASP), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 10 de abril de 2018.



BDO RCS Auditores Independentes SS  
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - GO

Alfredo Ferreira Marques Filho  
Contador CRC 1 SP 154954/O-3 - S - GO

Balço patrimonial dos exercícos findos em  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em Reais)

### Balço Patrimonial

ATIVO				PASSIVO			
Especificação	Notas Explicativas	2017	2016	Especificação	Notas Explicativas	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE		1.223.593	2.084.321	PASSIVO CIRCULANTE		220.369	224.349
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5	803.152	881.667	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	12	43.479	43.624
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	6	227.992	1.182.921	PROVISÕES A CURTO PRAZO	13	139.923	156.981
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	7	153.127	4				
ESTOQUES	8	23.170	19.730	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	13	36.966	23.744
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	9	16.152	-				
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		2.133.919	2.180.633				-
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		775	66.883				-
			50.990				
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	19	775	15.893				
IMOBILIZADO	10	2.126.564	2.113.749				
BENS MÓVEIS		329.364	272.140				
BENS IMÓVEIS		2.196.002	2.114.950				

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU GO

Balanço patrimonial dos exercícios findos em  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em Reais)

(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		(398.802)	(273.341)				
INTANGÍVEL	11	6.579					
SOFTWARES		6.680					
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA		(101)					
				TOTAL DO PASSIVO		220.369	224.349
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>							
				<b>Especificação</b>	<b>Notas Explicativas</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
				Patrimônio Social e Capital Social		-	-
				Ajuste de avaliação Patrimonial		-	-
				Resultados Acumulados		3.137.143	4.040.605
				<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>3.137.143</b>	<b>4.040.605</b>
<b>TOTAL</b>		<b>3.357.512</b>	<b>4.264.954</b>	<b>TOTAL</b>		<b>3.357.512</b>	<b>4.264.954</b>

Balanço financeiro dos exercícios findos em  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em Reais)

## Balanço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receita Orçamentária	3.025.656	2.733.452	Despesa Orçamentária	3.375.777	2.761.028
RECEITA REALIZADA	3.025.656	2.733.452	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	372.433	60.281
RECEITA CORRENTE	3.025.656	2.733.452	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADADO	43.396	43.624
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.018.386	915.843	CREDITO EMPENHADO - PAGO	2.959.947	2.657.123
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.018.386	915.843	DESPESA CORRENTE	2.832.591	2.623.443
ANUIDADES	1.018.386	915.843	PESSOAL	1.794.711	1.678.194
RECEITA DE SERVIÇOS	1.805.191	1.621.495	MATERIAL DE CONSUMO	25.313	20.236
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	3.867	3.812	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	63.941	92.570
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	1.801.324	1.617.549	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	506.795	414.295
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	-	134	ENCARGOS DIVERSOS	85.199	82.016
FINANCEIRAS	168.731	179.226	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	356.632	336.132
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	168.731	179.226	DESPESA DE CAPITAL	127.356	33.680
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	38.373	26.767	INVESTIMENTOS	127.356	33.680
MULTAS SOBRE ANUIDADES	38.159	36.403		-	-
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	92.199	116.057		-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	33.348	16.888		-	-
DÍVIDA ATIVA	1.618	8.514		-	-
MULTAS DE INFRAÇÕES	11.164	3.207		-	-
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	20.565,92	5.167		-	-
Transferências Financeiras Recebidas	-	-	Transferências Financeiras Concedidas	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	2.619.369	2.051.924	Pagamentos Extraorçamentários	2.347.763	2.041.383
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	372.433	60.281	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	59.184	14.522
Inscrição de Restos a Pagar Processados	43.396	43.624	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	43.624	64.388
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	255.307	225.178	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	235.362	237.100
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.948.232	1.722.841	Outros Pagamentos Extraorçamentários	2.009.593	1.725.373
Saldo em espécie do Exercício Anterior	881.667	898.701	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	803.152	881.667
Caixa e Equivalente de Caixa	881.667	898.701	Caixa e Equivalente de Caixa	803.152	881.667
Depósitos. Rest. Vlr's Vinculados	-	-	Depósitos. Rest. Vlr's Vinculados	-	-
<b>TOTAL:</b>	<b>6.526.691</b>	<b>5.684.077</b>		<b>6.526.691</b>	<b>5.684.077</b>



Balanço orçamentário do exercício findo em  
Em 31 de dezembro de 2017  
(Em Reais)

## Balanço Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	3.308.540	3.182.612	3.025.656	(156.956)
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.177.341	1.164.872	1.018.386	(146.486)
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.177.341	1.164.872	1.018.386	(146.486)
ANUIDADES	1.177.341	1.164.872	1.018.386	(146.486)
RECEITA DE SERVIÇOS	1.921.315	1.796.041	1.805.191	9.150
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	4.000	4.000	3.867	(133)
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	1.917.115	1.791.841	1.801.324	9.483
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	200	200		(200)
FINANCEIRAS	184.884	188.698	168.731	(19.967)
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	184.884	188.698	168.731	(19.967)
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	35.000	40.000	38.373	(1.627)
MULTAS SOBRE ANUIDADES	49.884	48.698	38.159	(10.539)
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	100.000	100.000	92.199	(7.801)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	25.000	33.001	33.348	347
DÍVIDA ATIVA	13.600	2.001	1.618	(383)
MULTAS DE INFRAÇÕES	5.500	13.500	11.164	(2.336)
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.900	17.500	20.566	3.066

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU GO

Balanço orçamentário do exercício findo em  
Em 31 de dezembro de 2017  
(Em Reais)

RECEITA DE CAPITAL	450.000	500.000	-	(500.000)
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	450.000	500.000	-	(500.000)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE	450.000	500.000	-	(500.000)
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	3.758.540	3.682.612	3.025.656	(656.956)
DÉFICIT			350.121	350.121
TOTAL	3.758.540	3.682.612	3.375.777	(306.835)

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPESA CORRENTE	3.308.540	3.182.612	2.886.372	2.875.987	2.832.591	296.240
PESSOAL	1.899.708	1.905.231	1.829.440	1.829.440	1.794.711	75.790
PESSOAL E ENCARGOS	1.868.208	1.873.619	1.804.330	1.804.330	1.769.601	69.289
DIÁRIAS	31.500	31.611	25.110	25.110	25.110	6.501
MATERIAL DE CONSUMO	46.050	41.513	25.613	25.313	25.313	15.900
MATERIAL DE CONSUMO	46.050	41.513	25.613	25.313	25.313	15.900
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	103.730	72.329	63.941	63.941	63.941	8.388
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	45.200	31.804	29.718	29.718	29.718	2.086
DIÁRIAS	58.530	40.525	34.223	34.223	34.223	6.303
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	789.920	691.908	525.276	515.191	506.795	166.632

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU GO

Balanço orçamentário do exercício findo em  
Em 31 de dezembro de 2017  
(Em Reais)

SERVIÇOS DE CONSULTORIA	88.500	72.000	58.500	54.000	49.500	13.500
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	61.100	42.180	33.880	33.880	33.880	8.299
MANUTENÇÃO SISTEMAS INFORMATIZADOS	11.000	6.362	-	-	-	6.362
SERVIÇOS PRESTADOS	593.320	530.066	404.965	399.380	395.484	125.102
PASSAGENS	36.000	41.300	27.931	27.931	27.931	13.369
ENCARGOS DIVERSOS	112.500	115.000	85.470	85.470	85.199	29.530
ENCARGOS DIVERSOS	112.500	115.000	85.470	85.470	85.199	29.530
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	356.632	356.632	356.632	356.632	356.632	-
FUNDO DE APOIO AO CAU-UF	105.233	105.233	105.233	105.233	105.233	-
DESPESAS COMPARTILHADAS	251.399	251.399	251.399	251.399	251.399	-
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	450.000	500.000	489.405	127.356	127.356	10.595
INVESTIMENTOS	450.000	500.000	489.405	127.356	127.356	10.595
OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	112.000	318.409	317.828	62.102	62.102	581
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	338.000	181.591	171.577	65.254	65.254	10.014
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	3.758.540	3.682.612	3.375.777	3.003.343	2.959.947	306.835
SUPERÁVIT						
TOTAL	3.758.540	3.682.612	3.375.777	3.003.343	2.959.947	306.835

Demonstração das variações patrimoniais do exercício findo em  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em Reais)

### Variações Patrimoniais

Variações Patrimoniais	2017	2016	Variações Patrimoniais	2017	2016
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	3.530.249	3.967.363	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	3.516.757	2.820.726
CONTRIBUIÇÕES	1.530.504	2.149.754	PESSOAL E ENCARGOS	1.801.233	1.724.589
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.530.504	2.149.754	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	1.594.785	1.552.630
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.530.504	2.149.754	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	1.594.785	1.552.630
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	1.799.016	1.621.495	BENEFÍCIOS A PESSOAL	206.449	171.959
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.799.016	1.621.495	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	206.449	171.959
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.799.016	1.621.495	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	815.102	760.005
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	168.700	179.226	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	23.340	21.791
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	38.373	26.675	CONSUMO DE MATERIAL	23.340	21.791
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	38.373	26.675	SERVIÇOS	666.203	632.827
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	130.327	152.551	DIARIAS	55.890	54.315
MULTAS SOBRE ANUIDADES	130.327	152.551	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	57.649	82.274
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	300		SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	552.664	496.238
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	300		DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	125.558	105.387
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	300		DEPRECIACAO	125.558	105.387
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	31.730	16.889	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU GO

Demonstração das variações patrimoniais do exercício findo em  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em Reais)

DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	31.730	16.889	JUROS E ENCARGOS DE MORA		
MULTAS ADMINISTRATIVAS	11.164	11.722	OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA		
INDENIZAÇÕES	20.566	5.167	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	356.632	336.132
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS			TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	356.632	336.132
			TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	356.632	336.132
			DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	543.790	
			REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	543.790	
			VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM PROVISÃO PARA PERDAS DE CREDITOS	543.790	
			PERDAS INVOLUNTARIAS		
			OUTRAS PERDAS INVOLUNTARIAS		
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS		
Total das Variações Ativas:	3.530.249	3.967.363	Total das Variações Passivas:	3.516.757	2.820.726
RESULTADO PATRIMONIAL					
Déficit do Exercício			Superávit do Exercício	13.492	1.146.637
Total	3.530.249	3.967.363	Total	3.530.249	3.967.363

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em Reais)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Fluxos de Caixa	2017	2016
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>		
<b>INGRESSOS</b>		
RECEITA CORRENTE	3.025.656	2.733.452
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.018.386	915.843
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.018.386	915.843
ANUIDADES	1.018.386	915.843
RECEITA DE SERVIÇOS	1.805.191	1.621.495
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	3.867	3.812
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	1.801.324	1.617.549
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS		134
FINANCEIRAS	168.731	179.226
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	168.731	179.226
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	38.373	26.767
MULTAS SOBRE ANUIDADES	38.159	36.403
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	92.199	116.057
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	33.348	16.888
DÍVIDA ATIVA	1.618	8.514
MULTAS DE INFRAÇÕES	11.164	3.207
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	20.566	5.167
OUTROS INGRESSOS	2.203.539	1.948.019
<b>DESEMBOLSOS</b>		
CREDITO EMPENHADO - PAGO	2.959.947	2.657.123
DESPESA CORRENTE	2.832.591	2.623.443
PESSOAL	1.794.711	1.678.194
MATERIAL DE CONSUMO	25.313	20.236
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	63.941	92.570
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	506.795	414.295
ENCARGOS DIVERSOS	85.199	82.016
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	356.632	336.132
OUTROS DESEMBOLSOS	2.347.763	2.041.383
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>48.841</b>	<b>16.646</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>INGRESSOS</b>		
<b>DESEMBOLSOS</b>		
INVESTIMENTOS	127.356	33.680
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(127.356)</b>	<b>(33.680)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>INGRESSOS</b>		
<b>DESEMBOLSOS</b>		
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO</b>		
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(78.515)</b>	<b>(17.034)</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>881.667</b>	<b>898.701</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL</b>	<b>803.152</b>	<b>881.667</b>

## 1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás - CAU GO, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

O CAU/GO é uma autarquia vinculada à Administração Indireta dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, cujas atividades são custeadas exclusivamente pelas próprias rendas, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral do CAU aprovado pela Resolução CAU/BR nº 139/2017 e Regimento Interno do CAU/GO. A Entidade goza de isenção tributária, com base na Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB de 1988 art. 150 Inciso VI.

O Conselho está localizado na Avenida Engenheiro Eurico Viana, nº 25 - Edifício Concept Office - 3º andar - Vila Maria José, Goiânia - GO - CEP: 74.815-465.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) - Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

### 2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.

### 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

### 2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (Nota 3.4), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de clientes (Nota 3.2.1) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (Nota 3.8). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

### 3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, ressaltam-se:

#### 3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

#### 3.2. Contas a receber de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

##### 3.2.1 Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa

- a) Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/GO procedeu a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa ao encerramento do exercício de 2017.
- b) Base de mensuração - Média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores do exercício corrente, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2017.
- c) Julgamento pela aplicação - Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/PR, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.
- d) Reflexo patrimonial comparativo

	2017	2016
Créditos de Anuidades	1.688.833	1.182.921
(-) Perdas de Devedores Duvidosos	(1.460.840)	-



Do montante de R\$1.688.833 do ajuste contábil implantado em 2017, somente o valor de R\$628.659, incidente sobre os créditos de anuidades de 2017, foi registrado como variação patrimonial diminutiva do exercício do balanço, portanto não afetando o resultado patrimonial de 2017. O restante de R\$1.060.174 incidentes sobre créditos de anuidades dos exercícios de 2012 a 2016 foi registrado como "Ajustes de Exercício Anteriores" reduzindo diretamente os Resultados Acumulados no Patrimônio Líquido do Conselho.

### 3.3. Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados preponderantemente pelo almoxarifado de materiais.

### 3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/GO segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	Anos	Valor Residual
Móveis e Utensílios	10	10%
Máquinas e Equipamentos	5	10%
Instalações	14	10%
Utensílios de Copa e Cozinha	10	10%
Veículos	5	10%
Equipamentos de Processamento de Dados	5	10%
Biblioteca	12	10%
Salas	25	20%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

### 3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

### 3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

### 3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

### 3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 14.

Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/GO não procedeu ao registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício de 2017.

Base de mensuração - O CAU/GO adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

### 3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

### 3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

### 3.12. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

### 3.13. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

## Resultado Patrimonial Efetivo

Face às implantações de políticas contábeis em 2017, de Provisões para Contingências detalhadas na nota explicativa 3.9, demonstra-se a seguir o Resultado Patrimonial de 2017 efetivo, excluído dos reflexos das variações patrimoniais diminutivas (VPD) relativas a exercícios anteriores registradas acumuladamente em 2017.

RESULTADO PATRIMONIAL 2017	
Superávit ou Déficit Patrimonial demonstrado	13.492
+ Montante das VPD ref. Provisões p/Contingências exercícios Anteriores	-
RESULTADO PATRIMONIAL EFETIVO 2017	
Superávit Patrimonial	13.492

### 3.14. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

## 4. Gestão de risco financeiro

### 4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

#### a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação as contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

b) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Banco conta movimento	107.195	99.670
Banco conta arrecadação	4.435	28.487
Aplicações financeiras (5a)	691.521	753.510
	<u>803.152</u>	<u>881.667</u>

(5a) As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos de renda fixa emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

## 6. Créditos a curto e longo prazo

		<u>2017</u>	<u>2016</u>
Créditos a curto prazo			
Anuidades	(6a)	1.688.833	1.182.921
( - ) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(6b)	(1.460.840)	-
		<u>227.992</u>	<u>1.182.921</u>
Créditos a longo prazo			
Inscrições em dívida ativa	(6c)	-	50.990
		<u>-</u>	<u>50.990</u>
		<u>227.992</u>	<u>1.233.911</u>

(6a) O saldo apresentado refere-se a anuidades não recebidas financeiramente, e está composto da seguinte forma:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Pessoa Física	791.091	488.234
Pessoa Jurídica	927.742	694.687
	<u>1.688.833</u>	<u>1.182.921</u>

(6b) A provisão para créditos de liquidação duvidosa é reconhecida, quando necessário, com base na análise dos créditos a receber, em montante considerado suficiente para cobertura da estimativa de perdas que possa ocorrer na realização dos créditos. No exercício de 2017, o valor reconhecido como despesa no resultado a título de perdas foi de R\$1.460.840.

(6c) O valor supramencionado representa os saldos a receber de anuidades em que houve a inscrição em dívida ativa. Sendo segregados da seguinte maneira:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Multa de Infração - Decorrentes do CREA - Pessoa Física	-	49.852
Multa de Infração - Decorrentes do CREA - Pessoa Jurídica	-	1.138
	<u>-</u>	<u>50.990</u>

## 7. Demais Créditos e valores a Curto Prazo

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesa a regularizar	-	4
Adiantamento a Terceiros (7a)	152.925	-
Adiantamento a Pessoal	202	-
	<u>153.127</u>	<u>4</u>

(7a) O montante referente a Adiantamentos a Terceiros está substanciado basicamente em convênios de patrocínios concedidos pelo CAU GO e valores cedidos à título de diárias em que até o final do exercício de 2017 não foram objeto de prestação de contas

## 8. Estoques

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Materiais gráficos	6.613	6.585
Limpeza e higiene	4.371	137
Material de copa e cozinha	2.612	3.234
Material de informática	2.375	1.832
Bens móveis não ativáveis	241	440
Gêneros alimentícios	2.144	862
Material de expediente	4.814	6.640
	<u>23.170</u>	<u>19.730</u>

## 9. Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Programa de Alimentação ao Trabalhador - PAT	15.656	-
Vale Transporte	496	-
	<u>16.152</u>	<u>-</u>

## 10. Imobilizado

Bens	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2017	2016
Móveis e Utensílios	94.692	(37.633)	57.059	72.418
Máquinas e Equipamentos	36.106	(18.532)	17.574	16.399
Instalações	11.520	(1.960)	9.560	10.352
Utensílios de Copa e Cozinha	7.666	(2.118)	5.548	6.460
Veículos	71.500	(48.262)	23.238	36.108
Equipamentos de Processamento de Dados	105.725	(53.623)	52.102	25.916
Biblioteca	2.155	(460)	1.695	1.537
Salas	2.060.000	(236.214)	1.823.786	1.889.707
Obras em andamento	86.702	-	86.702	22.950
Benfeitorias em Salas	49.300	-	49.300	32.000
Depreciação (Exs. 2012 - 2013)	-	-	-	(97)
				-
Total	2.525.366	(398.802)	2.126.564	2.113.749

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano. Conforme nota nº 3.4.

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Bens	2016	Adições	Depreciação	Ajustes	2017
Móveis e Utensílios	72.418	-	(8.801)	-	57.059
Máquinas e Equipamentos	16.399	11.519	(3.757)	-	17.574
Instalações	10.352	-	(740)	-	9.560
Utensílios de Copa e Cozinha	6.460	-	(690)	-	5.548
Veículos	36.108	-	(12.870)	-	23.238
Equipamentos de Processamento de Dados	25.916	45.404	(7.653)	-	52.102
Biblioteca	1.537	300	(141)	-	1.695
Salas	1.889.707	-	(65.920)	-	1.823.786
Obras em andamento	22.950	63.752	-	-	86.702
Benfeitorias em Salas	32.000	17.300	-	-	49.300
Depreciação (Exs. 2012 - 2013)	(97)	-	-	-	-
Total	2.113.749	138.275	(100.572)	-	2.126.564



## 11. Intangível

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Sistemas de Processamento de Dados	6.680	-
Amortização	(101)	-
	<u>6.579</u>	<u>-</u>

## 12. Fornecedores a Pagar

		<u>2017</u>	<u>2016</u>
Restos a Pagar	(12a)	43.479	43.624
		<u>43.479</u>	<u>43.624</u>

(12a) Os restos a pagar processados em 31 de dezembro estavam compostos da seguinte maneira:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Evolução assessoria e consultoria empresarial	4.500	4.154
Centro oeste administração e serviços	-	2.904
Centro de integração empresa escola	-	50
Rádio executiva LTDA - EPP	-	5.180
Mb da Silva Pinheiro	753	-
Localiza Rent A Car	898	-
SETRANSP	498	-
Cristiano Borges	1.800	-
Telefônica (Vivo)	445	-
CAU/GO	269	-
FGTS a pagar	11.479	10.449
INSS a pagar	21.259	19.645
PIS s/ folha a pagar	1.495	1.241
Cancelamento de Débitos	83,04	
	<u>43.479</u>	<u>43.624</u>

### 13. Provisões a Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Provisões para férias e encargos sociais	139.923	156.982
IRRF - Funcionários	16.707	12.053
INSS - Funcionários	9.563	8.613
INSS -Terceiros	208	-
ISS	3.190	150
IRRF/COFINS/CSLL/PIS A RECOLHER	414	-
Depósitos Diversas Origens - Receita a Classificar	6.884	2.928
	<u>176.889</u>	<u>180.726</u>

### 14. Provisão para riscos processuais

O Conselho é parte em ação judicial de natureza cível, provisionada, pois envolve risco de perda classificado pela Administração e por sua Assessoria Jurídica como perda possível. Em 31 de dezembro de 2017, os passivos contingentes estão representados, conforme quadro abaixo:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Cíveis	66.014	-
	<u>66.014</u>	<u>-</u>

#### a. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Em 31 de dezembro de 2017 não foram computados nos montantes acima R\$66.014 (2016- R\$ 0) decorrentes de causas cíveis, cuja avaliação dos assessores legais da Entidade aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações contábeis.

### 15. Partes relacionadas

O Conselho em 31 de dezembro de 2017 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/GO, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

No exercício de 2017 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego e plano de aposentadoria.

## 16. Despesas por natureza

<u>Classificação por natureza</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Depreciação e amortização	100.572	105.387
Despesas com pessoal e encargos	1.804.330	1.724.589
Despesas com contratação de terceiros	579.131	632.827
Uso de material de consumo	25.313	21.791
Transferências concedidas	356.632	336.132
	<u>2.865.978</u>	<u>2.820.726</u>

## 17. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

<u>Resultado Patrimonial</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Varição Patrimonial Aumentativa (Receita)	3.530.249	3.967.363
(-) Varição Patrimonial Diminutiva (Despesa)	<u>(3.516.757)</u>	<u>(2.820.726)</u>
(=) Superávit/Déficit Patrimonial apurado	<u>13.492</u>	<u>1.146.637</u>
<u>Resultado Orçamentário</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita Orçamentária Arrecadada	3.025.656	2.733.452
(-) Despesas Empenhadas	<u>(3.375.777)</u>	<u>(2.761.028)</u>
(=) Superávit/Déficit Orçamentário Apurado	<u>(350.121)</u>	<u>(27.575)</u>
<u>Resultado Financeiro</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo Disponível Apurado	803.152	881.667
(-) Passivo Financeiro	<u>(592.802)</u>	<u>(284.630)</u>
(=) Superávit Financeiro Apurado	<u>210.350</u>	<u>597.037</u>

#### 18. Seguros (não auditado)

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2017, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Salas da sede do CAU/GO	Quaisquer danos materiais a edificações, danos elétricos, vazamento de sprinklers, roubo/furto qualificado recomposição registros e documentos	2.060.000
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para 2 veículos	71.500
		<u>2.131.500</u>

#### 19. Relacionamento com os auditores independentes

A Entidade não contratou com seus auditores independentes outros serviços a não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

#### 20. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017.

Goiânia/GO, 10 de abril de 2018.